Informativo Labor

Coordenação: Deborah Moraes Zouain

Reflexões e sugestões do setor de organizações não-governamentais (ONGs)-Rio para a mitigação dos problemas ambientais da baía de Guanabara

O acidente de derramamento de óleo na baía de Guanabara, em janeiro de 2000, envolvendo a Reduc (Refinaria Duque de Caxias), da Petrobras, trouxe à baila novas (e antigas) discussões sobre responsabilidades em relação ao meio ambiente.

Em seminário promovido em agosto de 2000, no Rio de Janeiro, pelo Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável, da Fundação Getulio Vargas (CIDS/EBAP-FGV), para discutir as perspectivas de sustentabilidade da baía de Guanabara, os setores produtivo, governamental e não-governamental tiveram a oportunidade de discutir suas preocupações, bem como sugerir formas de atuar para a mitigação dos problemas. O Labor participou da organização da fase preparatória, através da realização de *workshops* com aqueles setores. Os pontos abordados nos *workshops* foram encaminhados à discussão no seminário internacional. Neste artigo apresentamos um resumo dos pontos discutidos por representantes do setor não-governamental no *workshop* preparatório.

Um ponto fundamental no entendimento que as ONGs ambientalistas parecem ter da questão ambiental da baía de Guanabara e de seu entorno é que a gestão deve ser compartilhada, ou seja, todos os setores (governo, empresas e sociedade civil) devem compartilhar as responsabilidades da gestão da baía. Outros pontos destacados pelas organizações da sociedade civil são apresentados a seguir.

- Quando ONGs estabelecem parcerias com o governo para a implementação de ações, como é o caso do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), são elas que emprestam credibilidade às ações governamentais; são elas, as ONGs, que "mostram a cara nas comunidades". Quando as ações são interrompidas e os cronogramas atrasam, essas entidades sofrem desgaste diante da população envolvida; afinal, "os governos mudam a cada quatro anos e as ONGs permanecem as mesmas"...

- Apesar de as ONGs ambientalistas se perceberem de maneira geral bastante atuantes, seus representantes admitem a falta de articulação entre elas, além do rarefeito nível de mobilização da sociedade.

- Observe-se que as ONGs ambientalistas com atuação na baía de Guanabara contam com reforços adicionais de alguns professores/pesquisadores universitários, bem como de funcionários aposentados de órgãos públicos ambientais, fato que contribui para uma militância embasada em estudos e pesquisas socioambientais sobre a bacia e a baía de Guanabara.

- Um destaque que pode ser considerado fruto de atuação das ONGs ambientalistas são as críticas dirigidas à primeira fase do PDBG (PDBG-I), isto é, ao fato de este, na verdade, representar um programa de saneamento básico e não um programa integral de despoluição; o governo do estado passou a admitir isto publicamente, além de ter aberto um canal de diálogo com as entidades ambientalistas e comunitárias, bem como com os municípios envolvidos no programa. Desses encontros surgiram propostas de revisão do PDBG-I e de ampliação da concepção do PDBG-II, a fim de que este possa incorporar uma visão ecológica da baía de Guanabara.

As ONGs ambientalistas chamam a atenção para o fato de que, entre as metas do PBDG-I não há previsão de controle do lixo químico gerado pelas indústrias. Ainda segundo essas organizações, entre as metas do PDBG-II deveriam constar, prioritariamente, iniciativas voltadas para a melhoria e ampliação do serviço de controle da poluição acidental, assim como de um mapeamento das áreas de risco, acidentes, explosões e incêndios.

No que concerne aos resíduos industriais, ainda segundo as ONGs, tem-se observado um descontrole, agravado por deficiências estruturais dos órgãos ambientais responsáveis pelo controle e fiscalização industrial. É sugerida a criação de um programa permanente de controle do lixo químico, com metas claras de redução de sua produção, a cargo da Feema, e a punição exemplar, com elevadas multas, das principais poluidoras identificadas, além da interdição do funcionamento das atividades de empresas reincidentes.

Os movimentos Baía Viva e Os Verdes prepararam para a fase II do PDBG propostas direcionadas a diversos pontos: gestão ambiental do PDBG; instrumentos de participação da sociedade; gestão ambiental da baía de Guanabara; tombamento da orla da baía; assoreamento; aterros; macrodrenagem; impactos da elevação do nível do mar associados ao efeito estufa; ecossistemas; povos tradicionais e política pesqueira; lixo flutuante; controle da poluição industrial e melhoria da qualidade do ar; controle de acidentes ambientais; redução de lançamento de resíduos oleosos e de graxas; saneamento básico; abastecimento de água; educação ambiental e participativa.

Para o controle da poluição ambiental e melhoria da qualidade do ar, entre as propostas feitas com relação às indústrias, destacam-se: incentivar a reconversão industrial com o uso de tecnologias menos poluentes; priorizar a aplicação da Lei Estadual nº 1.898, de 26 de novembro de 1991, que trata da realização de auditorias ambientais periódicas, como um dos "instrumentos de autocontrole" das atividades industriais; dar continuidade ao convênio firmado entre o BNDES e a Feema, que prevê uma linha de financiamento voltada para a modernização das plantas industriais e a instalação de equipamentos de controle nas indústrias poluidoras; impedir a localização de novas indústrias altamente poluidoras na bacia da baía de Guanabara; desenvolver um programa de controle e fiscalização, com ênfase para a redução gradual da produção de lixo químico.